

# Após polêmica, 'repressão' aparece 12 vezes em plano

Expressão 'repressão política' gerou crise no governo e teve de ser suprimida de decreto



Paulo Vannuchi chega ao CBBB para reunião com Lula e Jobim

**Governo tem até dia 24 para indicar membros do grupo de trabalho que devem elaborar projeto de lei que cria comissão da verdade**

**MARTA SALOMON**  
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Pivô da recente crise militar do governo Lula, a expressão "repressão política", retirada do foco da comissão nacional da verdade em novo decreto assinado pelo presidente na terça-feira, é repetida 12 vezes ao longo do Programa Nacional de Direitos Humanos, até aqui mantido sem alterações.

Na edição do programa lançada em dezembro, o número de menções era de 14. A apuração de casos de violação de direitos humanos pela repressão aos opositores da ditadura militar (1964-1985) aparece também nos textos de apresentação assinados por Luiz Inácio Lula da Silva e Paulo Vannuchi, ministro de Direitos Humanos.

"No tocante à questão dos mortos e desaparecidos políticos do período ditatorial, o PNDH-3 dá um importante passo no sentido de criar uma comissão nacional da verdade, com a tarefa de promover esclarecimento público das violações de direitos humanos por agentes do Estado na repressão aos opositores", afirma o texto de Lula.

Por pressão dos militares, Lula suprimiu a expressão no decreto que cria o grupo de trabalho encarregado de detalhar como irá funcionar a comissão nacional da verdade. As regras dependerão de aprovação de projeto de lei no Congresso.

Em seu texto de apresentação na publicação do programa, Vannuchi diz que o "conteúdo central" do capítulo intitulado "Direito à Memória e à Verdade" é "jogar luz sobre a repressão política do ciclo ditatorial".

O decreto que instituiu o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos defende a investigação de casos de violação de direitos humanos na ditadura. Argumenta que, apesar da abertura de arquivos com informações sobre mortos e desaparecidos nos últimos anos, o Brasil ainda "processa com dificuldades o resgate da memória e da verdade sobre o que ocorreu com as vítimas atingidas pela repressão política durante o regime de 1964".

O programa diz que o país ainda está longe de ter um retrato fiel dos efeitos da repressão política, o que seria objeto da comissão da verdade. "Cal-

do governo Lula, a expressão "repressão política", retirada do foco da comissão nacional da verdade em novo decreto assinado pelo presidente na terça-feira, é repetida 12 vezes ao longo do Programa Nacional de Direitos Humanos, até aqui mantido sem alterações.

Na edição do programa lançada em dezembro, o número de menções era de 14. A apuração de casos de violação de direitos humanos pela repressão aos opositores da ditadura militar (1964-1985) aparece também nos textos de apresentação assinados por Luiz Inácio Lula da Silva e Paulo Vannuchi, ministro de Direitos Humanos.

"No tocante à questão dos mortos e desaparecidos políticos do período ditatorial, o PNDH-3 dá um importante passo no sentido de criar uma comissão nacional da verdade, com a tarefa de promover esclarecimento público das violações de direitos humanos por agentes do Estado na repressão aos opositores", afirma o texto de Lula.

Por pressão dos militares, Lula suprimiu a expressão no decreto que cria o grupo de trabalho encarregado de detalhar como irá funcionar a comissão nacional da verdade. As regras dependerão de aprovação de projeto de lei no Congresso.

Em seu texto de apresentação na publicação do programa, Vannuchi diz que o "conteúdo central" do capítulo intitulado "Direito à Memória e à Verdade" é "jogar luz sobre a repressão política do ciclo ditatorial".

O decreto que instituiu o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos defende a investigação de casos de violação de direitos humanos na ditadura. Argumenta que, apesar da abertura de arquivos com informações sobre mortos e desaparecidos nos últimos anos, o Brasil ainda "processa com dificuldades o resgate da memória e da verdade sobre o que ocorreu com as vítimas atingidas pela repressão política durante o regime de 1964".

O programa diz que o país ainda está longe de ter um retrato fiel dos efeitos da repressão política, o que seria objeto da comissão da verdade. "Calcula-se que pelo menos 50 mil pessoas foram presas somente nos primeiros meses de 1964; cerca de 20 mil brasileiros foram submetidos a torturas e cerca de 400 cidadãos foram mortos ou estão desaparecidos. Ocorreram milhares de prisões políticas não registradas, 130 banimentos, 4.862 cassações de mandatos políticos, uma cifra incalculável de exílios e refugiados políticos.

O governo tem até o dia 24 deste mês para indicar os representantes do grupo de trabalho encarregado de elaborar o projeto de lei que cria a comissão da verdade. O envio do projeto ao Congresso é previsto para abril, mas esse prazo pode ser ampliado.



**Elaborar, até abril de 2010, projeto de lei que institua comissão nacional da verdade (...) para examinar as violações de direitos humanos praticadas no contexto da repressão política**

Trecho de texto do Programa Nacional de Direitos Humanos editado em dezembro